


DECLARAÇÃO

1. Rui Manuel da Silva Pereira, sito na Rua São Pedro de Formariz, nº 115, com o nº contribuinte 199053340, na qualidade de representante legal de Digital Devotion Lda, Rua da Aldeia Nova, nº 141 4480-105 Árvore, com o NIF 509234364, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento Processo n.º 020_AJD_SA_16, declara, sob compromisso de honra, se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o contido do mencionado caderno de encargos relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as cláusulas.
2. Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos no procedimento acima identificadi e de acordo com proposta em anexo
3. Declara ainda que renuncia a foro especial e submete, em tudo o que respeitar à execução e se submete, em tudo o que respeitar à exucação do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa
4. Mais declara, sob compromisso de honra, que:
 - a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de actividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respectivo processo pendente;
 - b) Não foi objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional ;
 - a) Tenham sido objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do presente Código, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória;
 - b) Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627.º do Código do Trabalho;
 - c) Não foi objecto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal ;
 - d) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.
 - e) Não foi condenado por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes:
 - i. Participação em atividades de uma organização criminosa, tal como definida no nº1 do artigo 2º da Ação Comum nº 98/773/JAI, do Concelho
 - ii. Corrupção, na acepção do artigo 3º do acto do Concelho de 26 de Maio de 1997 e do nº1 do artigo 3º da Ação Comum n.º 98/742/JAI do Concelho;

- iii. Fraude , na acepção do artigo 1º da Convenção relativa à proteção dos interesses Financeiros das Comunidades Europeias;
 - iv. Branqueamento de capitais , na acepção do artigo 1º da Directiva nº91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção de utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;
5. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal .
6. Quando a entidade adjudicante o solicitar , o concorrente obriga-se , nos termos do disposto no artigo 81º do Código dos contratos Públicos , a apresentar a declaração que constitui o anexo II ao referido Código , bem como os documentos comprovativos de que a sua representada não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos, número 4 desta declaração.
7. O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior , por motivo que lhe seja imputável , determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra-ordenação muito grave , nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar como candidato ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente , em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos , sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal .

Árvore - Vila do Conde, 16 de Junho de 2016

Assinatura


NOVATRÓNICA®
DigitalDevotion Lda.
Rua da Gerência, 1